

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

1ª Reunião Extraordinária 28 de Fevereiro de 2023 às 11:00 horas no Plenário D. Pedro I.

Presidente: Deputado Gilmaci Santos

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
1	Projeto de lei 775/2017 (Tramitação Urgência)	Deputada Beth Sahão	Autoriza a entrada e permanência de animais domésticos em repartições públicas estaduais.	Deputado Dirceu Dalben	favorável	
2	Projeto de lei 418/2021 (Tramitação Urgência)	Deputado Tenente Nascimento e outros.	Reconhece o risco da atividade e a efetiva necessidade do porte de armas de fogo ao atirador desportivo integrante de entidade de desporto legalmente constituída nos termos do inciso IX do artigo 6º da Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.	Deputado Delegado Olim	favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado pela CSPAP	A.M., E.T.
3	Projeto de resolução 33/2019	Deputada Monica da Mandata Ativista	Proíbe o fornecimento de copos descartáveis no Palácio 9 de Julho.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
4	Projeto de lei 414/2016 Juntado os PLs: 968/2016, 671/2016	Deputado Edmir Chedid	Dispõe sobre o direito do consumidor ao não estabelecimento de franquias e/ou cobrança por excesso de tráfego de dados por parte das empresas prestadoras de serviço de internet fixa, residencial ou empresarial, no Estado.	Deputado Estevam Galvão	favorável ao Projeto de Lei nº. 414, de 2016 com a emenda ora apresentada, e contrário aos Projetos de Lei nºs. 671, de 2016, e 968, de 2016.	E.T.

5	Projeto de lei 536/2016 Juntado os PLs: 930/2016, 570/2017	Deputado Cezinha de Madureira	Estabelece percentual mínimo de trabalhadores idosos nos quadros funcionais de empresas privadas do Estado.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável ao PL 536/16 na forma do substitutivo ora apresentado, contrário às emendas apresentadas pela CCJR e CAPRT e contrário aos PLs 930/16 e 570/17.	
6	Projeto de lei 537/2016	Deputada Célia Leão	Dispõe sobre o custeio, por parte dos condenados que cumprem pena, em regime fechado ou semiaberto, das despesas inerentes a sua manutenção em estabelecimentos penais.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	E.T.
7	Projeto de lei 931/2016	Deputado Marcos Zerbini	Obriga os Órgãos do Governo e as Empresas de Economia Mista do Estado a certificarem a veracidade das declarações emitidas por empresas ou cooperativas/associações participantes de licitação pública em quaisquer modalidades, independente de exigência no edital.	Deputado Dirceu Dalben	favorável	
8	Projeto de lei 181/2017	Deputado Edmir Chedid	Altera dispositivos da Lei nº 6.374, de 1989, para instituir isenção do ICMS na aquisição de motocicletas destinadas ao serviço de transporte.	Deputado Dirceu Dalben	favorável ao projeto, na forma do substitutivo proposto pela CCJR	
9	Projeto de lei 224/2017	Deputado Cássio Navarro	Torna obrigatório às empresas e instituições bancárias que prestem o serviço de fornecimento ou aluguel de máquinas ou leitores de cartões de crédito ou débito, de, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), realizarem o reestabelecimento do serviço, seja por meio de prestação de assistência técnica ou de substituição da máquina defeituosa, caso venha ocorrer problemas técnicos com as máquinas fornecidas.	Deputado Enio Tatto	favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CDDC	
10	Projeto de lei 325/2017	Deputado Gil Lancaster	Dispõe sobre a proibição do corte de fornecimento de água e energia elétrica às unidades consumidoras inadimplentes, nos feriados e finais de semana, no Estado	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	

11	Projeto de lei 377/2017	Deputado José Zico Prado	Acrescenta o inciso XIII no artigo 13 da Lei nº 10.207, de 1999, que cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP.	Deputado Estevam Galvão	favorável com emenda ora apresentada	
12	Projeto de lei 539/2017	Deputada Leci Brandão	Estabelece ordinariamente o período matutino para o trajeto a ser percorrido pelos carteiros pedestres, no Estado.	Deputada Dra. Damaris Moura	contrário	E.T.
13	Projeto de lei 553/2017	Deputado Coronel Camilo	Autoriza o Poder Executivo a estabelecer procedimento de folha de pagamento nos casos de morte de militares estaduais na forma que especifica.	Deputado Dirceu Dalben	favorável	
14	Projeto de lei 752/2017	Deputado José Américo	Dispõe sobre a política consumerista de prestação de serviço de energia elétrica no Estado.	Deputado Estevam Galvão	favorável	
15	Projeto de lei 779/2017	Deputado Celso Nascimento	Torna obrigatória a utilização de sistema de identificação biométrica nas entradas e de sistema de monitoramento por imagem em toda a área de uso comum de estádios com capacidade superior a 10.000 (dez mil) pessoas, nos dias de jogos de futebol, no Estado.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
16	Projeto de lei 831/2017	Deputado Marco Vinholi	Dispõe sobre a Implantação de Identificação Biométrica Dactiloscópica nas Unidades de Saúde Pública e Privada no Estado.	Deputado Dirceu Dalben	favorável, na forma do substitutivo apresentado pela CCJR e contrário ao substitutivo apresentado pela Comissão de Saúde	
17	Projeto de lei 854/2017	Deputado Marco Vinholi	Dispõe sobre a implantação da Lei ID - Identidade Jovem do Estado para toda a população entre 15 e 30 anos de idade.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	

18	Projeto de lei 861/2017	Deputado Junior Aprillanti	Autoriza o Poder Executivo a credenciar pessoa natural ou jurídica de direito privado para o exercício dos serviços de remoção, depósito e guarda de veículo automotor apreendido por descumprimento das normais de trânsito e transporte.	Deputado Delegado Olim	favorável	A.F.
19	Projeto de lei 1029/2017	Deputado Junior Aprillanti	Torna obrigatória a inclusão de escovas dentais infantis e adultas, creme dental e fio dental como item na cesta básica de alimentos do empregado público, privado e correlatos, no Estado.	Deputado Adalberto Freitas	favorável ao projeto e à emenda proposta pela CCJR	
20	Projeto de lei 1162/2017	Deputado Gil Lancaster	Dispõe sobre a isenção de cobrança da taxa de estacionamento por hospitais aos pacientes submetidos à sessão de quimioterapia.	Deputado Adalberto Freitas	favorável	
21	Projeto de lei 1167/2017	Deputado Carlos Neder	Cria o "Programa Pratas da Casa", de estímulo à divulgação de experiências exitosas de egressos do ensino médio e técnico-profissionalizante no Estado.	Deputado Estevam Galvão	favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado pela CCJR	
22	Projeto de lei 51/2018	Deputado Gil Lancaster	Autoriza o Poder Executivo a criar o serviço de atendimento de enfermagem nos cemitérios localizados no Estado.	Deputado Delegado Olim	favorável	
23	Projeto de lei 136/2018	Deputado Junior Aprillanti	Autoriza o Poder Executivo a instituir prazo regulatório para instituições bancárias e financeiras liberarem crédito para financiamentos de unidades habitacionais no Estado.	Deputado Delegado Olim	favorável	
24	Projeto de lei 360/2018	Deputado Carlos Giannazi	Torna obrigatória a presença de equipes de prevenção e resposta a emergências nas empresas prestadoras de serviços contratadas pelo Estado.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
25	Projeto de lei 382/2019	Deputado Caio França	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Política Estadual de Fomento ao Primeiro Emprego do Jovem Tutelado.	Deputado Adalberto Freitas	favorável	

26	Projeto de lei 500/2019	Deputado Tenente Coimbra	Autoriza o tráfego de ônibus fretado na pista descendente da Rodovia dos Imigrantes - SP 160, de segunda a sexta-feira, no período das 18 horas às 21 horas, exceto nos feriados nacionais e estaduais.	Deputado Adalberto Freitas	favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR	
27	Projeto de lei 831/2019	Deputado Rodrigo Moraes	Institui a "Semana de Orientação sobre Vírus HTLV-1".	Deputado Adalberto Freitas	favorável	
28	Projeto de lei 834/2019	Deputado Thiago Auricchio	Altera a Lei nº 10.705, de 28 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável, com emenda	
29	Projeto de lei 853/2019	Deputada Leticia Aguiar e Deputado Delegado Bruno Lima	Institui o Projeto Amicão.	Deputado Dirceu Dalben	favorável	
30	Projeto de lei 965/2019	Deputado Enio Tatto	Institui o "Dia do Desapego Consciente".	Deputado Delegado Olim	favorável	
31	Projeto de lei 974/2019	Deputada Professora Bebel	Autoriza o Poder Executivo a formalizar convênio com os municípios paulistas de modo a possibilitar apoio às Casas Abrigo mantidas por eles, estimulando ainda a sua criação, onde não houver.	Deputado Delegado Olim	favorável	
32	Projeto de lei 992/2019	Deputado Sergio Victor e Deputado Ricardo Mellão	Acrescenta parágrafo ao artigo 37 da Lei nº 15.266, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o tratamento tributário relativo às taxas no âmbito do Poder Executivo Estadual.	Deputado Estevam Galvão	favorável	
33	Projeto de lei 1010/2019	Deputada Janaina Paschoal e outros.	Institui o Programa de Recuperação de Dependentes Químicos no Sistema Prisional do Estado de São Paulo.	Deputado Dirceu Dalben	favorável, na forma do substitutivo apresentado pela CSPAP	

34	Projeto de lei 1217/2019	Deputado Estevam Galvão	Altera a Lei nº 15.276, de 2 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a destinação de veículos em fim de vida útil e dá outras providências.	Deputado Adalberto Freitas	favorável	
35	Projeto de lei 1236/2019	Deputado Cezar	Torna obrigatória a realização de exames para diagnósticos precoces e tratamentos do câncer de mama nos hospitais e centros de saúde da rede pública estadual.	Deputado Alex Madureira	favorável	
36	Projeto de lei 1259/2019	Deputado Rafael Silva	Institui a "Semana Estadual do Livro e de Incentivo à Leitura e à Escrita".	Deputado Enio Tatto	favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR	
37	Projeto de lei 1270/2019	Deputado Rodrigo Moraes	Institui o Programa Novo Ciclo.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
38	Projeto de lei 1327/2019	Deputada Dra. Damaris Moura	Torna obrigatória a inclusão de informações sobre os sintomas do Transtorno do Espectro Autista - TEA na carteira de vacinação.	Deputado Adalberto Freitas	favorável	
39	Projeto de lei 7/2020	Deputada Janaina Paschoal e Deputada Leticia Aguiar	Veda o uso de recursos públicos em publicidade e/ou propaganda governamental e institucional fora das hipóteses constitucionais.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável ao projeto e à emenda nº 1	
40	Projeto de lei 19/2020	Deputado Rafa Zimbaldi	Torna obrigatória a divulgação da ação de bater palmas para reencontro de crianças perdidas em locais de aglomeração de pessoas.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável, na forma do substitutivo apresentado pela CCJR	
41	Projeto de lei 31/2020	Deputado Alex Madureira	Institui a Campanha Dezembro Verde - Não ao Abandono de Animais no Estado de São Paulo.	Deputado Delegado Olim	favorável	
42	Projeto de lei 84/2020	Deputado Roberto Engler	Institui a campanha Janeiro Branco na Escola no âmbito do Estado.	Deputado Dirceu Dalben	favorável	
43	Projeto de lei 86/2020	Deputado Luiz Fernando T. Ferreira	Altera a Lei nº 15.292, de 08 de janeiro de 2014, que define diretrizes para a Política Estadual de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Banco de Dados de Pessoas Desaparecidas e dá outras providências.	Deputado Dirceu Dalben	favorável	

44	Projeto de lei 90/2020	Deputado Luiz Fernando T. Ferreira	Institui o Programa Documentar para Proteger - PDP, dirigido a crianças e adolescentes que não possuam documentação.	Deputado Delegado Olim	favorável	
45	Projeto de lei 269/2020	Deputada Dra. Damaris Moura	Estabelece a Linha de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica - LAVIDA, em razão do alarmante aumento dos índices desse tipo de violência no Estado.	Deputado Delegado Olim	favorável	
46	Projeto de lei 550/2020	Deputado Marcio Nakashima	Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado as feiras livres e institui o "Dia Estadual do Feirante".	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
47	Projeto de lei 645/2020	Deputada Adriana Borgo	Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com instituições privadas educacionais, culturais e tecnológicas, objetivando a concessão de bolsas de estudo integrais para cursos especializados em esportes eletrônicos, a fim de assegurar qualidade de vida e bem-estar social ao jovem cidadão.	Deputado Adalberto Freitas	favorável	
48	Projeto de lei 727/2020	Deputado Castello Branco	Institui o Programa de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
49	Projeto de lei 394/2021	Deputado Paulo Fiorilo	Reconhece o caráter educacional e formativo da capoeira em suas manifestações culturais e esportivas e permite a celebração de parcerias para o seu ensino em estabelecimentos de educação.	Deputado Alex Madureira	favorável	
50	Projeto de lei 463/2021	Deputada Leci Brandão	Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado os modos de produção dos instrumentos musicais de samba e as práticas a eles associadas.	Deputado Delegado Olim	favorável	
51	Projeto de lei 480/2021	Deputado Marcio Nakashima	Institui o "Dia Estadual do Pedagogo Hospitalar".	Deputado Dirceu Dalben	favorável	

52	Processo 8009/2008	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. C.FJB 3417/08 - TC 20246/026/97 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e a empresa Berton Construtora Ltda.	Deputada Dra. Damaris Moura	que concorda com a decisão do TCE e, por não caber mais a sustação dos efeitos do contrato, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos	
53	Processo 4673/2010	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. 1204/2010 - TC-005527/026/07 - Contas anuais da Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades - SUTACO, relativas ao exercício de 2007.	Deputado Alex Madureira	propondo PDL, que reconhece a decisão do TCE e solicita expedição de ofícios à PGE e ao MP, para medidas cabíveis	
54	Processo 5476/2010	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CG.C.EBC 1569/2010 - TC-038280/026/08 e TC038281/026/08 - Julgou irregular os contratos celebrados entre a Secretaria dos Negócios da Segurança Pública e os Consórcio SGM-TAIT e Consórcio Motorola Digital.	Deputado Estevam Galvão	ratifica manifestação anterior, de sua autoria, que solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, para ciência da rescisão do julgado anterior, reputando regulares o pregão presencial internacional e os contratos dele decorrentes	E.T.
55	Processo 3349/2011	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of.1271/2011 - TC-3959/026/06 - Julgou irregular as contas anuais da Fundação Centro Educativo, Recreativo e Esportivo do Trabalhador-CERET.	Deputada Dra. Damaris Moura	propondo PDL, que reconhece a decisão do TCE e solicita expedição de ofícios à PGE e ao MP, para adoção das medidas cabíveis	
56	Processo 4543/2016	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. C.CCM 3711/2016 - TC-44302/026/12 - Julgou irregular a execução contratual relativa ao Contrato firmado entre a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e a empresa Econsul Planejamento e Construção Brasil Ltda.	Deputada Dra. Damaris Moura	que concorda com a decisão do TCE e solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	

57	Processo 4547/2016	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGCRRM 1777/16 - TC 41088/026/12 - Julgou irregulares o pregão, o contrato e o termo aditivo, bem como ilegais as despesas decorrentes entre a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional - Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e a S7 Seven Terceirização de Serviços Ltda - EPP.	Deputado Alex Madureira	que concorda com a decisão do TCE e, por não caber mais a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	
58	Processo 4825/2018	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. C.C.SEB 847/2018 - TC-000502/008/10 - Julgou procente representação da Construtora PEZZATI Ltda. sobre irregularidades na tomada de preços que antecedeu o contrato celebrado entre UNESP-Campus Bauru e Mileto Engenharia e Comércio Ltda.	Deputado Alex Madureira	que concorda com a decisão do TCE, solicita envio de ofício ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	
59	Processo 5053/2018	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CG.C.DER 2203/2018 - TCs-030874/026/11 e 025103/02611 - Julgou irregulares o contrato e os termos aditivos celebrados entre a Agência Reguladora de Saneamento e Energia de São Paulo-ARSESP e o Centro Abril de Pesquisa Pública e Privada Ltda.-ME. e julgada procedente a Representação formulada pela empresa Mark Sistemas de Informações e Informática Ltda.	Deputado Delegado Olim	que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	E.T.
60	Processo 2053/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGC-SEB 479/2019 - TC-000057/004/12 - Julgou irregulares a concorrência e o contrato celebrado entre a Faculdade de Medicina de Marília e a Construtora Santo Brasil Ltda.-ME.	Deputado Marcio da Farmácia	que concorda com a posição adotada pelo TCE, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, no sentido de tomarem as medidas cíveis e criminais cabíveis, com posterior arquivamento dos autos	
61	Processo 3522/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CG.C.DER 977/2019 - 000104/006/08 - Julgou irregulares o pregão presencial, o contrato e o termo aditivo celebrados entre o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo e a empresa Via Petro Combustíveis Ltda.	Deputado Delegado Olim	que concorda com a decisão do TCE, solicita envio de ofício ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, e posterior arquivamento dos autos	

62	Processo 3699/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. C.ECR 757/2019 - TC-44261/026/09 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Fundação Parque Ecológico de São Paulo e a empresa Notrre Dame Seguradora S.A.	Deputada Dra. Damaris Moura	que concorda com a decisão do TCE e, por não caber mais a sustação dos efeitos do contrato, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos
63	Processo 3732/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. C.ECR 781/2019 - TC-7600/026/11 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Fundação para o Remédio-FURP e a empresa Power Segurança e Vigilância Ltda.	Deputada Dra. Damaris Moura	que concorda com a decisão do TCE e, por não caber mais a sustação dos efeitos do contrato, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos
64	Processo 3866/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGCRRM 656/2019 - TC-25805/026/13 - Julgou irregular a execução contratual celebrada entre a Secretaria de Estado da Educação - Diretoria de Ensino Região Sul 1 e a empresa PRM Serviços e Mão de Obra Especializada EIRELI-ME.	Deputado Delegado Olim	que reconhece a decisão do TCE e, uma vez que o contrato encontra-se exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
65	Processo 6008/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGCRRM 1176/2019 - TC-31232/026/08 - Julgou irregulares os termos de rerratificação, os termos de reajuste, os termos de prorrogação e os termos aditivos celebrados entre a Secretaria de Estado da Saúde - Hospital Guilherme Álvaro e a empresa Unihealth Logística Ltda.	Deputada Dra. Damaris Moura	que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos

66	Processo 6144/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. C.CCM 1866/2019 - TC-44062/026/08 - Julgou irregulares a dispensa de licitação e o contrato celebrado entre a Fundação Butantan e a empresa Construtora Pillaster Ltda.	Deputada Dra. Damaris Moura	que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
67	Processo 6145/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGC-SEB 951/2019 - TC-11545.989.17-0, TC-12668.989.17-1 e TC-12794.989.17-8 - Julgou irregulares a dispensa de licitação e o contrato celebrado entre a Secretaria da Educação - Diretoria de Ensino da Região Norte 1, e a empresa Beija Flor Locadora de Veículos Ltda. - EPP.	Deputada Dra. Damaris Moura	que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
68	Processo 8804/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CG.C.DER 2182/2019 - TC-01516/002/08 - Julgou irregulares os Termos aditivos celebrados entre a Universidade Estadual Paulista - UNESP e a empresa Prudesan Engenharia e Comércio Ltda.	Deputada Dra. Damaris Moura	que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofício ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
69	Processo 120/2020	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CG.C.DER 2399/2019 - TC-0746/026/14 - Julgou Irregular o Balanço Geral do exercício de 2014 da Superintendência do Trabalho Artesanal Nas Comunidades - SUTACO.	Deputada Dra. Damaris Moura	propondo PDL, mantendo a decisão do TCE e solicitando expedição de ofícios à PGE e ao MP, para adoção das medidas cabíveis

70	Processo 149/2020	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CG.C.DR 73/2020 - TC-10.989.16-8 e TC-8488.989.15-3 - Julgou irregulares o pregão e o contrato celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação - Departamento de Administração, e a empresa Mérito Segurança e Vigilância Patrimonial Eireli - EPP.	Deputada Dra. Damaris Moura	que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
71	Processo 152/2020	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. GCRMC 2209/2019 - TC-26894/026/13 - Julgou irregulares a concorrência e o contrato celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER, e a empresa Val Rocha Engenharia Ltda.	Deputada Dra. Damaris Moura	que concorda com a decisão do TCE e, por não caber mais a sustação dos efeitos do contrato, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos
72	Processo 657/2020	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. C.CCM 3730/2019 - TC-7787/026/15 - Julgou irregulares o Pregão Eletrônico, o contrato e o 1º Termo Aditivo celebrado entre a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional e a empresa SQL Intelligence Consultoria Ltda.	Deputada Dra. Damaris Moura	que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
73	Processo 849/2020	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. GCRMC 188/2020 - TC-23511/026/12 - Julgou irregular a execução contratual entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, e o Consórcio Prima Acqua.	Deputada Dra. Damaris Moura	que concorda com a decisão do TCE e, por não caber mais a sustação dos efeitos do contrato, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos

74	Processo 3/2021	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of CGCRRM 1120/2020 - TC-11747/026/14 - Julgou irregulares a dispensa de licitação e o contrato celebrado entre a Fundação Butantan e a empresa Construteckma Engenharia S/A.	Deputada Dra. Damaris Moura	que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos
75	Processo 749/2021	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGC.SEB nº 25/2021 - eTC-41669/026/12 - Julgou irregulares a inexigibilidade de licitação e o contrato firmado entre a Fundação Butantan e a empresa Schott Brasil Ltda.	Deputada Dra. Damaris Moura	que concorda com a decisão do TCE e solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos
76	Processo 1552/2021	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGC.DER 768/2020 - TC-011016.989.17-0 e TC-019387.989.19-7 - Julgou irregulares a execução e o Termo Aditivo celebrados entre o Instituto de Botânica IBT e a empresa GPMRV Segurança e Vigilância Eireli	Deputada Dra. Damaris Moura	que concorda com a decisão do TCE e solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos
77	Processo 1919/2021	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. GCRMC 113/2021 - TC-018388.989.17-0, TC-015013.989.16-5, TC-018705.989.17-6 e TC-009312.989.20-5 - Julgou irregulares o Pregão Eletrônico, o Contrato e o 1º Termo Aditivo celebrado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e a empresa UP Serviços de Motofrete e Comércio de Peças Ltda.	Deputada Dra. Damaris Moura	que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos
78	Processo 2183/2021	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. GCRMC 226/2021 - TC-01949.989.17-2 - Julgou irregulares as Contas apresentadas pela Companhia Docas de São Sebastião, relativas ao exercício de 2017.	Deputada Dra. Damaris Moura	propondo PDL, mantendo a decisão do TCE; expedição de ofícios à PGE e ao MP, com posterior arquivamento dos autos

79	Processo 5822/2021	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGC.ARC nº 438/2021 - eTC-4321.989.15, eTC-5753.989.15 e eTC-23693.989.19 - Julgou irregulares o Pregão e o Contrato celebrado entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, e a empresa CTL Engenharia Ltda.	Deputada Dra. Damaris Moura	que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos
80	Processo 3726/2022	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGCRRM nº 120/2022 - eTCs-14915.989.16, 15226.989.17 e 20517.989.18 - Julgou irregulares os termos aditivos, e ilegais as despesas decorrentes, celebrados entre a DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A e a Notre Dame Seguradora Sociedade Anônima.	Deputado Delegado Olim	que concorda com a decisão do TCE e, por estar exaurida referida avença, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
81	Processo 6038/2022	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. C.ECR 856/2022 - TC-18301/026/12 - Julgou irregulares os termos aditivos firmados entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER, e a empresa Vale do Rio Novo Engenharia e Construções Ltda.	Deputada Dra. Damaris Moura	que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
82	Processo 6416/2022	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. GCRMC 904/2022 - TC-2897.989.18-2 - Julgou irregulares as Contas da Fundação de Apoio à Pesquisa e Ensino - FAPE, referentes ao exercício de 2018.	Deputada Dra. Damaris Moura	propondo PDL, que reconhece a decisão do TCE e solicita expedição de ofícios à PGE e ao MP, para adoção das medidas cabíveis

83	Processo 7741/2022	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. C.ECR 1069/2022 - TC-1525/989/19, TC-11500/989/19, TC-11605/989/19 e TC-1433/989/20 - Julgou irregular o contrato de gestão celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde - CGCSS, e o Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI/SP.	Deputada Dra. Damaris Moura	que concorda com a decisão do TCE e propõe PDL sustando a execução do contrato e a expedição de ofícios à PGE e ao MP
84	Processo 7892/2022	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. C.ECR 1151/2022 - TC-15238/989/18 e TC-16154/989/18 - Julgou irregulares a Dispensa de Licitação e o contrato celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação - Diretoria de Ensino da Região de Mauá, e a empresa WF Serviços Terceirizados Ltda.	Deputado Delegado Olim	que concorda com a decisão do TCE e, por estar exaurida referida avença, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
85	Processo 7918/2022	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGC-SEB 922/2022 - TC-39766/026/15 - Julgou irregulares a concorrência e o contrato celebrado entre a Secretaria de Estado da Cultura e a empresa 2N Engenharia Ltda.	Deputada Dra. Damaris Moura	que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
86	Processo 8266/2022	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. C.CCM 1402/2022 - TC-30408/026/11 - Julgou irregulares o pregão eletrônico e o contrato celebrado entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, e a empresa ETC Empreendimentos e Tecnologia em Construção Ltda.	Deputada Dra. Damaris Moura	que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos

87	Processo 8334/2022	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. C.CCM 1516/2022 - TC-5837/06/10 - Julgou irregulares os termos aditivos celebrados entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Associação Congregação de Santa Catarina.	Deputado Delegado Olim	que concorda com a decisão do TCE e, por estar exaurida referida avença, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	
----	--------------------	---	--	------------------------	--	--

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

1ª Reunião Extraordinária 28 de Fevereiro de 2023 às 11:00 horas no Plenário D. Pedro I.

Presidente: Deputado Gilmaci Santos

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
88	Moção 154/2022	Deputado Campos Machado	(CONCLUSIVA) Apela ao Sr. Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, assim como aos demais membros daquela Casa Legislativa, para que rejeitem as medidas de redução do ICMS sobre a gasolina, gás e diesel apresentadas pelo Governo Federal.	Deputado Dirceu Dalben	favorável, conclusivamente	

NOTA DA SECRETARIA: O PL 181/17 está sendo pautado novamente (foi aprovado em 8/11/22) pois, por um lapso, no voto do Relator não foi citado o substitutivo proposto pela CCJR.

Para ciência dos Srs. Deputados, a correspondência encaminhada à Comissão, pela Presidência da Casa:

- Ofício nº 502/2022 - GS, da Secretaria da Fazenda e Planejamento, encaminhando, para o cumprimento do disposto no artigo 10, da Lei nº 12.685, regulamentado pelo artigo 10 do Decreto nº 54.179, informações referentes aos créditos do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo, concedidos aos consumidores no período de maio a agosto de 2022.

- Mensagem Eletrônica recebida do Ministério Público do Estado de São Paulo, encaminhando decisão referente à promoção de arquivamento da Notícia de Fato protocolada sob n. MP. 66.0695.0000910/2022, (Objeto: Eventuais irregularidades envolvendo o Pregão Eletrônico n. 010/09 e o contrato n. 09/09 celebrado entre a Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (Coordenadoria de Defesa Agropecuária - Campinas) e a empresa Ideafix Pesquisas Corporativas Ltda., objetivando a contratação de empresa especializada para executar pesquisa de percepção de imagem da Coordenadoria de Defesa Agropecuária), conforme decisão anexa.

- Ofício GP nº 73/2023, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, comunicando que, nos termos dos artigos 38 e 178 do Regimento Interno daquele Tribunal, e observado o sistema de rodízio, caberá ao eminente Conselheiro Robson Marinho a relatoria das Contas do Governador do Estado relativas ao corrente exercício.

- Ofício nº 451/2020 - EXPPG, da Procuradoria Geral de Justiça, que encaminha o arquivamento da Peça de Informação nº MP 66.0717.0008484/2019-5 pelo Ministério Público do Estado de São Paulo - 5ª Promotoria de Justiça de São José do Rio Preto, em referência ao Ofício SGP nº 2063/19 (ref. RGL nº 5423/2019).